



Durante o I Encontro Nacional de Presidentes, Vice-Presidentes e Membros de Conselhos Gerais

Fórum lançado na Universidade de Évora



A Agronomia e o Solo na
Universidade de Évora

20



A centralidade de Évora:
da cidade e da Universidade

23



A universidade de Évora
e o desafio de um novo
Campus

16



CG é a Newsletter institucional do Conselho Geral da Universidade de Évora, assumindo--se como uma revista que tem como objetivo, de forma clara e rigorosa, informar a comunidade académica das atividades e deliberações do Conselho Geral. É também um espaço aberto à opinião, através de artigos elaborados pelos seus membros. A sua periodicidade depende da realização das reuniões ordinárias e extraordinárias do órgão.

sumário

Editorial | 3

Presidente da República defende alterações ao RJIES | 4

Governantes e ex-ministros refletem o Ensino Superior | 5

Fórum de presidentes lançado na UÉ | 7

Presidentes e vice-presidentes reúnem-se no Minho, Utad e Aveiro | 9, 10 e 11

Avaliação Externa na UÉ | 13

Conselho Geral presente no Governo + Próximo | 13

Comissão de Avaliação ao RJIES ausculta presidentes de CG | 14

Universidade de Évora é pioneira em plano para incentivar estudantes | 14

Conselho Geral presente em doutoramentos Honoris Causa | 15

Vice-presidente do CG faz abertura de mestrado | 15

Universidade de Évora: um pilar de desenvolvimento com desafios postos no futuro | 16

A Agronomia e o solo na UÉ | 20

A centralidade de Évora: da cidade e da universidade | 23

A Expo Estudante – uma reflexão sobre o impacto | 27

Deliberações | 29



UNIVERSIDADE
DE ÉVORA
Conselho Geral



José Aranda da Silva
Vice- Presidente
do Conselho Geral
da Universidade de Évora

Maturidade democrática

A comunicação é hoje um elemento fundamental a todos os níveis da nossa atividade. Permite aprofundar o conhecimento, que leva a que se tomem decisões mais informadas e o debate entre opiniões diferentes, característica fundamental dos regimes democráticos.

Nesse sentido damos com este número continuidade à publicação da Newsletter do Conselho Geral (CG) da Universidade de Évora (UÉ) a que nos comprometemos publicar regularmente.

Além da divulgação das atividades em que participou, ou relevantes para a UÉ, teremos artigos de interesse geral escritos por convidados e por elementos do CG.

Gostaríamos de referir que a iniciativa proposta pelo CG de constituição de um Fórum de Conselhos Gerais, foi um êxito, pois já se realizaram este ano, para além da primeira na UÉ, reuniões na UMinho, em Braga, na UTAD em Vila Real e na UA em Aveiro, estando já marcada a próxima para a UC, em Coimbra.

Estes últimos meses, com a demissão do primeiro-ministro António Costa, o país viveu um inesperado "terramoto político".

Felizmente as instituições democráticas, nomeadamente o Presidente da República ouvindo os partidos e Conselho de Estado, conseguiram encontrar soluções, com a aprovação do Orçamento de Estado, fundamental para o funcionamento normal das instituições do País nos próximos meses, manutenção do mesmo governo mas em gestão corrente e a convocação de eleições para a Assembleia da República em 10 de março, das quais sairá um novo Governo.

Também gostaria de salientar dois aspetos que julgo positivos neste contexto.

A entrega do relatório da comissão encarregada de estudar um novo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) e a divulgação pelo Governo do Modelo sobre Financiamento do Ensino Superior.

É um bom princípio de maturidade democrática os governos facilitarem a tarefa dos vindouros publicando o trabalho efetuado, que tenha interesse e utilidade nacional.

O Povo foi chamado a escolher novos deputados e conseqüentemente um novo governo.

Fazemos votos para que o novo governo continue a valorizar e invista no Ensino Superior e Investigação, instrumentos fundamentais para o desenvolvimento do País e conseqüente geração de riqueza, que permita a melhoria do Bem Estar da população.



I ENCONTRO NACIONAL DE PRESIDENTES, VICE-PRESIDENTES E MEMBROS DOS CONSELHOS GERAIS DAS UNIVERSIDADES

Presidente da República defende alterações ao RJIES

O I Encontro Nacional de Presidentes, Vice-Presidentes e Membros dos Conselhos Gerais das Universidades Públicas Portuguesas, organizado, no dia 12 de maio de 2023, pelo Conselho Geral (CG) da Universidade de Évora reuniu no Colégio Espírito Santo os principais atores do ensino superior no nosso país e presidentes de quase todos os CG das universidades. A iniciativa teve o Alto Patrocínio do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, e como rádio oficial, a Antena 1. Na sessão de abertura, o Chefe de Estado considerou que o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior deve ser alterado para que possa responder aos novos tempos da universidade. Na sua intervenção, emitida por vídeo, o Presidente da República destacou a importância dos conselhos gerais nos estabelecimentos de ensino superior do país. “Os Conselhos Gerais são um órgão eleito democraticamente pela academia, representando todos, professores, investigadores, estudantes e funcionários. Mas além disso tem uma ligação direta à sociedade civil, tendo na sua composição personalidades externas de reconhecido mérito. São por isso uma voz

de todos e para todos”, disse, para depois elogiar o Encontro, referindo que o mesmo “sucede no tempo certo, pois é importante dialogar, discutir o presente e o passado, mas sobretudo o futuro do ensino superior, e foi organizado pelas pessoas certas”.

Marcelo Rebelo de Sousa recordou o quanto o ensino superior evoluiu no nosso país. “Dos 40 mil alunos em 1974 passámos para mais de 400 mil em 2023. Temos hoje cidadãos mais aptos, com 30% do total da população portuguesa empregada com uma licenciatura. As universidades portuguesas dão um forte contributo para a inovação, criatividade, avanço científico e tecnológico, e estão entre os mais requerentes de patentes, ocupando seis das 10 primeiras posições no Instituto Europeu de Patentes”, disse.

Marcelo Rebelo de Sousa revela que “esta evolução não foi acompanhada pelo quadro legislativo (...) por isso é urgente um debate, uma reflexão para uma mudança significativa do RJIES. Há que reintroduzir a modernidade (...), que reflita a realidade atual do ensino superior e não apenas no subsistema universitário, pois no politécnico houve mudanças quer na

atribuição de graus, quer no estatuto adotado, quer nas soluções que questionam uma visão rígida de separação entre os sistemas politécnico e universitário. Se somarmos a isto os consórcios fundados por várias instituições de ensino superior, temos um quadro que já não corresponde minimamente ao que foi sonhado e começado a construir em 2007”.

E acrescentou: “há desafios quanto ao papel do ensino superior na sociedade, no que respeita à inclusão, ao acesso à educação de qualidade para todos; ao relacionamento com a sociedade civil; ao olhar visionário formando pessoas jovens e menos jovens para profissões do futuro diferente das que eram

encaradas como duradouras no final do século XX e início do século XXI; à transição digital e energética; à empregabilidade; aos desafios do clima; ou à nova balança de poderes no mundo”. Todas estas questões “obrigam o direito a mudar, pois o direito está muito atrasado relativamente às mudanças ocorridas”.

De referir que a Comissão Organizadora deste evento foi constituída por João Carrega (Presidente do Conselho Geral da Universidade de Évora), José Aranda da Silva (vice-presidente), e pelos membros desse Conselho Maria da Graça Carvalho, Jaime Serra e Graça Janeiro Machado, sendo secretariada por Dulce Lagartixo.



A Ministra do Ensino Superior com a Reitora da Universidade de Évora e o Presidente do Conselho Geral

I ENCONTRO NACIONAL DE CONSELHOS GERAIS

Governantes e ex-ministros refletem o Ensino superior

O I Encontro Nacional de Conselhos Gerais das Universidades Públicas Portuguesas, promovido, no dia 12 de maio de 2023, pelo Conselho Geral da Universidade de Évora (UÉ) e que teve o Alto Patrocínio da Presidência da República e a Antena 1 como rádio oficial foi, no entender da Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Elvira Fortunato, muito oportuno, “pois estamos a fazer a revisão do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), sendo uma ação que queremos muito participada por

todos para se criar um sistema de melhor qualidade”. “É uma ação que queremos muito participada por todos”, afirmou a governante, em declarações aos jornalistas, no final do primeiro Encontro. A ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior salientou que, com esta revisão do RJIES, o Governo pretende criar “um sistema mais robusto e que proporcione um melhor e mais sustentável ensino superior”. “Houve uma série de transformações que nos fazem



O Vice-Presidente do Conselho Geral com a Reitora da UÉ e o Presidente da Comissão de Avaliação ao RJIES

olhar” para o setor e há “desafios que se colocam e oportunidades para consolidar e ter um sistema de ensino superior cada vez mais robusto e consolidado e de melhor qualidade”, acrescentou.

O Encontro de Évora esteve dividido em conferências abertas à comunidade e numa reunião privada, apenas entre os presidentes, vice-presidentes e membros de conselhos gerais. Na Conferência Inaugural participaram os principais atores do ensino superior em Portugal, a saber: secretário de Estado do Ensino Superior, Pedro Nuno Teixeira (que apelou à participação no debate com vista à revisão do RJIES); diretor-geral do Ensino Superior, Joaquim Mourato (que explicou as alterações no acesso ao ensino superior); do presidente da A3ES, João Guerreiro (realçou o facto das instituições terem que estar preparadas para acolher diferentes públicos); do presidente da Comissão de Avaliação à Revisão do RJIES, Alberto Amaral (abordou a autonomia e

gestão das universidades); do curador da Fundação Francisco Manuel dos Santos, Eduardo Marçal Grilo (refletiu acerca do atual processo de acesso ao ensino superior, mas “com um pedido de cautela: o processo atual é muito simples e as pessoas percebem-no. A partir do momento que se inserem processos subjetivos, como entrevistas, começamos a gerar perguntas. Temos de ser muito cuidadosos para evitar conflitos); da eurodeputada Maria da Graça Carvalho (considerou que os processos de eleição do reitor e do conselho geral devem ser mais alargados) e da reitora da Universidade de Évora, Hermínia Vilar (abordou, entre outras questões, a necessidade de implementarem políticas de contratação para rejuvenescimento dos recursos humanos). As mesas redondas da Conferência Inaugural foram moderadas pelo vice-presidente do Conselho Geral, José Aranda da Silva, e pelo docente e conselheiro da UÉ, Jaime Serra.



Eduardo Marçal Grilo, Joaquim Mourato, João Guerreiro e Jaime Serra



Fórum lançado na Universidade de Évora

A realização do I Encontro Nacional de Presidentes, vice-presidentes e membros de Conselhos Gerais das Universidades Públicas Portuguesas, no dia 12 de maio de 2023, promovido pelo Conselho Geral da Universidade de Évora, ficou marcado pela decisão daqueles responsáveis se constituírem num Fórum que pretende debater “o futuro das Instituições de Ensino Superior e em particular o papel dos Conselhos Gerais”.

Na reunião privada participaram nomes como os ex-ministros Miguel Poiares Maduro, Júlio Pedrosa e Ana Jorge; a Procuradora Joana Marques Vidal; a deputada Rosário Gamboa; o jornalista e diretor do Ensino Magazine, João Carrega; o primeiro presidente do Infarmed, José Aranda da Silva; o ex-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, Fernando Freire de Sousa; ou os conselheiros Carlos Mota Soares, Jorge Alves, Ana Ricardo, Hélder Semedo, Jorge Alves, Carlos Gouveia, Bruno Alves, Sofia Aleixo, Isabel Ramos, Leonor Rocha, Maria da Fátima Nunes, Teresa Fernandes, Carla Castro, Graça Machado, Leonarda Correia, Francisco Fernandes, António Rodrigues, Nuno Cerca, Manuel Célio Conceição, Adérito Araújo, André Dias, Alexandre Leal, Catarina Melo, Armando Remondes, Anabela Silva e Pedro Guedes.

O dia 12 de maio entrou, deste modo, para a história da Universidade de Évora e do seu Conselho Geral. João Carrega, presidente do Conselho Geral da Universidade de Évora, divulgou a Declaração de Évora que resultou da reunião onde participaram responsáveis e representantes dos Conselhos Gerais das universidades de Évora, Algarve, Aveiro, Coimbra, ISCTE, Lisboa, Minho, Madeira, Porto e Trás-os-Montes e Alto Douro, a saber:

Declaração de Évora

O ensino superior em Portugal tem permitido ao país tornar-se mais competitivo. A reforma implementada por Veiga Simão, a que se seguiram instrumentos importantes como o Estatuto da Carreira Docente Universitária, a Lei de Bases do Sistema Educativo e o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, lançado por Mariano Gago, permitiram que o acesso à Universidade ficasse mais próximo de todos os cidadãos e que as instituições de ensino superior (IES) evoluíssem, se tornassem competitivas e se aproximassem da sociedade.

Cientes da importância das IES e do contributo decisivo que colocam ao desenvolvimento do país, através

do ensino, da investigação ou da transferência de conhecimento, mas também pela promoção da coesão social e territorial; e, reconhecendo a necessidade de revisão de muitos dos instrumentos legais que regem o ensino superior em Portugal, os presidentes, vice-presidentes e membros dos Conselhos Gerais das Universidades Públicas Portuguesas reuniram-se, no dia 12 de maio, no Colégio do Espírito Santo da Universidade de Évora, para o seu I Encontro Nacional, o qual teve o Alto Patrocínio de sua Excelência o Presidente da República e o apoio da Antena 1.

A sua realização surge da necessidade de se refletir sobre o ensino superior universitário no nosso país, quais as ameaças, oportunidades e desafios.

O Encontro, encerrado pela Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Elvira Fortunato, incluiu uma sessão de abertura, que contou com as intervenções do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa; do Presidente do Conselho Geral da Universidade de Évora, João Carrega; e da Reitora da Universidade de Évora, Hermínia Vilar.

Na Conferência Inaugural, aberta a todos os membros dos Conselhos Gerais e à comunidade, foram debatidos os temas “Ensino Superior – que mudanças para o futuro” e “Acesso ao Ensino Superior – mais equidade e liberdade”; em que participaram o Secretário de Estado do Ensino Superior, Pedro Teixeira; a ex-Ministra do Ensino Superior e eurodeputada, Maria da Graça Carvalho; o Presidente da Comissão de Acompanhamento à Revisão do RJIES, Alberto Amaral; o Curador da Fundação Francisco Manuel dos Santos, Eduardo Marçal Grilo; o Diretor Geral do Ensino Superior, Joaquim Mourato; o Presidente da A3ES, João Guerreiro; o primeiro Presidente do Infarmed, José Aranda da Silva e o Professor da Universidade de Évora, Jaime Serra.

Sendo o Conselho Geral um órgão de extrema importância para o funcionamento das instituições de ensino superior, composto por professores, investigadores, corpo técnico e administrativo e estudantes das pró-



Reunião privada de Conselhos Gerais

prias instituições e por personalidades externas (de reconhecido mérito), que tem, entre outras responsabilidades, aprovar as alterações dos Estatutos, organizar o procedimento de eleição e eleger o Reitor nos termos da lei, dos Estatutos e do regulamento; apreciar os atos do Reitor e do Conselho de Gestão e propor as iniciativas que considerem necessárias ao bom funcionamento da Instituição, a concretização deste Encontro constituiu um importante contributo para o desenvolvimento do ensino superior no nosso país.

Os Presidentes, Vice-presidentes e membros dos Conselhos Gerais das Universidades Públicas Portuguesas:

1 – Louvam o facto de estar finalmente aberta a discussão e revisão do RJIES.

2 – Decidiram que faz todo o sentido participar na discussão sobre a revisão do RJIES.

3 – Decidiram elencar um conjunto de temas para reflexão.

4 – Decidiram que vai ser feita uma nova reunião, no dia 3 de julho, na Universidade do Minho.

5 – Para debater o futuro das Instituições de Ensino Superior e em particular o papel dos Conselhos Gerais decidiram constituir-se num Fórum de discussão e debate dos presidentes e vice-presidentes dos Conselhos Gerais das Universidades Públicas Portuguesas.

Évora, 12 de maio de 2023



Gonçalo Pescada & Quinteto Sull'a Corda abriram o Encontro



O Grupo de Cante Alentejano encerrou o Encontro



Fórum de Presidentes no Minho

O Conselho Geral da Universidade do Minho realizou, no passado dia 3 de julho, o 2º Encontro Nacional de Presidentes, Vice-Presidentes e Membros dos Conselhos Gerais das Universidades Públicas Portuguesas. A iniciativa sucedeu à realizada na Universidade de Évora e foi dividida em duas sessões, uma aberta à comunidade e outra reservada aos conselhos gerais. O presidente do Conselho Geral, João Carrega, e o vice-presidente, José Aranda da Silva participaram no evento de forma presencial e a *distância*, respetivamente.

Na sessão aberta ao público, moderada pela presidente do Conselho Geral da Universidade do Minho, Joana Marques Vidal, entrevistaram o secretário de Estado do Ensino Superior, Pedro Nuno Teixeira, o anterior presidente do Conselho Geral daquela academia e antigo Ministro da Justiça, Laborinho Lúcio, e o reitor da Universidade do Minho, Rui Vieira de Castro.

No final foi emitida a Declaração do Minho, o qual reflete apenas a posição individual de cada um dos presentes e não do órgão a que presidem:

Declaração do Minho

Tendo como pontos da agenda a discussão do “papel do Conselho Geral no modelo de governo das Universidades” e a “constituição, objetivos e representatividade do

Fórum dos Presidentes e Vice-Presidentes dos Conselho Gerais das Universidades Públicas Portuguesas”, os Presidentes e Vice-Presidentes das Universidades Públicas Portuguesas:

1. Consideram importante a existência de um órgão com a natureza e competências do Conselho Geral.
2. Consideram imprescindível a representatividade de membros externos nos Conselhos Gerais das Instituições de Ensino Superior.
3. Classificam como vantajosa a relação do Conselho Geral com os demais órgãos de Governo da Universidade.
4. Decidiram denominar o Fórum lançado em Évora, como Fórum dos Presidentes das Universidades Públicas Portuguesas, e avançar para os procedimentos legais com vista à sua constituição.
5. Deliberaram aceitar participar numa reunião com o presidente da Comissão de Acompanhamento à Revisão do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), Professor Alberto Amaral, no dia 10 de julho, na Universidade de Coimbra.
6. Agendaram o III Encontro de Presidentes e Vice-Presidentes dos Conselhos Gerais das Universidades Públicas Portuguesas para o dia 3 de outubro, na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Braga, 3 de julho de 2023



ENCONTRO NACIONAL NA UTAD

Conselhos Gerais devem ter papel importante nas universidades

O presidente do Conselho Geral da Universidade de Évora (UÉ), João Carrega, e o vice-presidente, José Aranda da Silva, participaram no terceiro Encontro Nacional dos Presidentes e Vice-presidentes dos Conselhos Gerais das Universidades Públicas Portuguesas que decorreu, a 3 de outubro, na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Da reunião resultou o seguinte comunicado, tendo em conta as posições pessoais dos intervenientes neste encontro:

Comunicado

Os Presidentes dos Conselhos Gerais das Universidades Públicas Portuguesas, reunidos em Vila Real, na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – UTAD – no dia 3 de outubro de 2023, discutiram o processo em curso de revisão do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior – RJIES –, em particular no que diz respeito ao papel dos Conselhos Gerais, tendo concluído o seguinte:

1 - O atual modelo tem contribuído, na sua globalidade, para um melhor funcionamento das universidades, não tendo sido ainda plenamente exploradas todas as suas potencialidades. Neste sentido, entendem

os Presidentes dos Conselhos Gerais das Universidades Públicas Portuguesas que, sendo admissíveis alterações ao modelo, estas apenas devem ocorrer para corrigir problemas bem identificados e sendo certas as melhorias que podem aportar a esse modelo.

2 - Qualquer alteração ao modelo deve preservar a representatividade externa no seio dos Conselhos Gerais, bem como continuar a prever um papel dos Conselhos Gerais no processo de seleção dos Reitores.

3 - Os Presidentes dos Conselhos Gerais das Universidades Públicas Portuguesas continuaram a aprofundar a sua reflexão sobre o modelo dos Conselhos Gerais e as suas competências e convidam as comunidades universitárias a fazer a sua própria reflexão, nomeadamente quanto à representatividade interna, ao processo de cooptação dos membros externos, à dessincronização temporal das eleições para Reitor e o Conselho Geral e ao modelo de funcionamento dos Conselhos Gerais.

4 - Os Presidentes dos Conselhos Gerais das Universidades Públicas Portuguesas voltarão a reunir-se no dia 30 de Novembro na Universidade de Aveiro.

Vila Real, 3 de outubro de 2023



AVEIRO

Fórum de presidentes e vice-presidentes enviam posição à tutela

A quarta reunião do Fórum dos Presidentes e Vice-Presidentes dos Conselhos Gerais (CG) das Universidades Públicas portuguesas criado informalmente no dia 12 de maio em Évora, após proposta dos presidentes e vice-presidente do CG da Universidade de Évora (UÉ), João Carrega e José Aranda da Silva, decorreu na Universidade de Aveiro, no passado dia 30 de novembro.

Esta reunião em que participou a presidência do Conselho Geral da UÉ foi bastante produtiva, de onde resultou um parecer sobre a Revisão do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) que foi enviado à tutela e à Comissão de Avaliação de Revisão ao RJIES. Este parecer reflete apenas a posição individual de cada um dos presentes e não do órgão a que presidem:

Parecer do Fórum dos Presidentes e Vice-presidentes das Universidades Públicas Portuguesas

Os Presidentes e vice-Presidentes dos Conselhos Gerais das Universidades Públicas Portuguesas, ou seus representantes, reunidos pela primeira vez na Univer-

sidade de Évora em 12 de maio de 2023, decidiram manter reuniões regulares com vista a aprofundar o papel dos CG no contexto atual das universidades portuguesas, em particular num momento em que se discute a revisão do RJIES para a qual pretendem dar também a sua contribuição. Nesse sentido, à reunião de Évora seguiram-se reuniões na Universidade do Minho, em 03 de julho, na UTAD, em 03 de outubro e na Universidade de Aveiro, em 30 de novembro.

Nessas reuniões tiveram, também, oportunidade de acolher diversos convidados que aportaram as suas opiniões e visões sobre o sistema de governação das universidades, em particular do Sr. SECTES que apenas não pôde participar no encontro de Vila Real.

Os encontros decorreram em ambiente de grande cordialidade, sendo patente, porém, que as significativas diferenças entre as universidades públicas portuguesas, não só em dimensão mas também na sua organização, tornam normal que a interpretação que dão à missão, funções e modo de funcionamento dos CG assumam diferenças. Contudo, não só há aspetos essenciais com que todos concordam e con-

sideram de preservar, como reconhecem que a troca de informações e experiências que estes encontros têm promovido são de grande utilidade e deverão ser aprofundadas.

Assim,

1. Consideram que o atual modelo em que os CG assumem um importante papel no sistema de governação, tem contribuído, na sua globalidade, para um melhor funcionamento das universidades, não tendo sido ainda plenamente exploradas todas as suas potencialidades. Neste sentido, entendem que, sendo admissíveis alterações ao modelo, estas apenas devem ocorrer para corrigir problemas bem identificados e sendo certas as melhorias que podem aportar.

2. Consideram também que qualquer alteração ao modelo atual deve preservar a representatividade externa no seio dos Conselhos Gerais. A presença dos membros externos tem-se revelado fundamental na ligação das academias à sociedade, garantindo uma visão exterior plural e enriquecedora.

3. Consideram, por último, que os Conselhos Gerais deverão manter um papel importante no processo de eleição dos Reitores.

Em face destas considerações, entendem os Presidentes dos Conselhos Gerais das Universidades Públicas Portuguesas que será importante continuarem a aprofundar a sua reflexão sobre o próprio modelo dos Conselhos, as suas competências e funcionamento, bem como relativamente à sua ligação à comunidade académica, procurando fomentar um maior conhecimento do seu papel e decisões.

Convidam, finalmente, as comunidades universitárias a fazer a sua própria reflexão, nomeadamente quanto à representatividade e participação interna nos Conselhos Gerais, ao processo de cooptação dos membros externos ou à relação entre a eleição dos membros internos dos CG e as eleições para Reitor.

Aveiro, 30 de novembro de 2023



Avaliação externa da UÉ

O presidente do Conselho Geral da Universidade de Évora participou na primeira reunião de Avaliação Externa que a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) efetuou à Universidade de Évora. A reunião decorreu no dia 11 de outubro, na sala dos docentes, tendo a equipa avaliadora ouvido a reitora da UÉ, Hermínia Vasconcelos Vilar, os vice-reitores Paulo Quaresma, Ana Paula Canavarro e João Nabais, a pró-reitora Ana Fialho, a administradora, Cristina Centeno, e o presidente do CG. João Carrega explicou o funcionamento do órgão, a forma aberta e transparente como o mesmo funciona,

quer através da sua página de internet onde não só estão apresentados os conselheiros, mas também as deliberações aprovadas, as atas e outras informações importantes. Referiu também a publicação da Newsletter - a qual foi distribuída em formato impresso a todos os avaliadores - como forma de ligar o Conselho Geral à comunidade, e a realização do 1.º Encontro Nacional de Presidentes e Vice-Presidentes organizado na UÉ a 12 de maio. Informou ainda a ocorrência de reuniões descentralizadas do órgão, e o modo como CG tem cumprido as suas funções.

Conselho Geral presente no Governo + próximo da UÉ

O presidente do Conselho Geral participou em algumas das atividades inseridas na iniciativa “Governo + Próximo” que decorreram no passado dia 21 de junho, e que trouxeram à Universidade de Évora vários membros do Governo português. João Carrega acompanhou as ministras da Ciência e do Ensino Superior, Elvira Fortunato, e da Presidência, Mariana Vieira da Silva, e o Secretário de Estado do Ensino Superior, Pedro Teixeira nas visitas efetuadas a diferentes espaços da Universidade de Évora, como

a Herdade da Mitra, incluindo o Laboratório de Enologia, um dos laboratórios do MED UÉvora, a Adegas Experimentais, a Cátedra de Energias Renováveis, o Laboratório HERCULES e o Colégio do Espírito Santo. Foi ainda realizado um pequeno concerto por estudantes de Música da Escola de Artes acompanhados por Gonçalo Pescada, professor do Departamento de Música.

Esta iniciativa permitiu ainda que os governantes tivessem contacto com alunos de uma das escolas do 1º ciclo de Évora, que com professores e funcionários promoveram uma venda de limonadas e bolos caseiros para angariação de fundos para uma visita de final de ano letivo. No mesmo dia, o Primeiro-ministro, António Costa, este-



ve presente no Colégio Espírito Santo para a assinatura do acordo no âmbito de Évora Capital Europeia da Cultura. O governante, no âmbito das diferentes iniciativas que terminaram com a realização de um Conselho de Ministros em Évora, desafiou a Universidade a avançar para a criação de um curso de medicina. “Precisamos de mais médicos e de reforçar a capacidade formativa e o novo hospital de Évora, com as suas novas valências, cria as condições para podermos ter uma outra ambição para alargar também ao sul a formação de médicos”, afirmou.

Para além do presidente do Conselho Geral, as diferentes iniciativas foram acompanhadas por várias conselheiras e conselheiros.

Presidentes dos CG reúnem-se com Comissão de Avaliação

O presidente e vice-presidente do Conselho Geral da Universidade de Évora, João Carrega e José Aranda da Silva, participaram, presencialmente e a distância, respetivamente, no encontro com a Comissão de Acompanhamento à Revisão do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES). A convite do Professor Alberto Amaral, presidente da Comissão, o encontro decorreu no dia 10 de julho, na Universidade de Coimbra.

Participaram nesta reunião de trabalho outros presidentes e vice-presidentes de Conselhos Gerais das universidades públicas portuguesas. João Carrega e José Aranda da Silva deram o seu contributo para o debate sobre a revisão do RJIES e aquilo que



deve ser o papel dos Conselhos Gerais nas universidades, tendo em conta as posições defendidas nos encontros do Fórum dos Presidentes e Vice-presidentes, realizados em Évora e no Minho (ver notícias nas páginas 5 a 13).

Évora é pioneira em plano para incentivar estudantes

A Universidade de Évora é pioneira na elaboração e implementação de um plano que visa incentivar a participação dos estudantes em diferentes atividades da academia e da vida académica. O Plano Integral de Participação Estudantil da UÉ (PIPE-UÉ), apresentado no passado dia 12 de setembro, numa cerimónia em que marcou presença a ministra-adjunta e dos Assuntos Parlamentares, Ana Catarina Mendes, e prevê um conjunto de medidas

que visa, sobretudo, incentivar a participação dos estudantes na vida e na cidadania em diferentes aspetos. A apresentação do Programa antecedeu a receção aos novos estudantes da UÉ. Durante a sessão decorreu um debate com alunos da Universidade, moderado pelo presidente da Associação Académica e membro do Conselho Geral, Henrique Gil. O evento contou ainda com a presença do presidente do Conselho Geral e de outros conselheiros.



Leonor Rocha deixa CG para dirigir Escola

Leonor Rocha, docente do Departamento de História da Escola de Ciências Sociais (ECS) da Universidade de Évora (UÉ), e até ao passado dia 6 de dezembro conselheira do Conselho Geral da Universidade de Évora, tomou posse como Diretora da ECS. Por esse motivo, e devido a incompatibilidades legais, solicitou a demissão do cargo de conselheira, sendo substituída pela docente Maria João Marçalo. Leonor Rocha sucede a José Manuel Belbute, docente do Departamento de Economia da UÉ, que assumiu o cargo de Diretor da ECS durante os últimos 4 anos (2019 e 2023).



Conselho Geral presente nos doutoramentos *Honoris Causa*

A Universidade de Évora atribuiu ao arquiteto Carrilho da Graça e ao artista plástico chinês, Ai Weiwei, o título de doutor *Honoris Causa*, nos dias 16 de março e 4 de outubro, respetivamente. Na cerimónia de Carrilho da Graça marcaram presença o Primeiro-ministro, António Costa, e vários membros do Governo, tendo o discurso laudatório sido feito pelo ex-reitor da UÉ, Jorge Araújo.

Na cerimónia de outorga ao artista plástico e ativista chinês dissidente Ai Weiwei, esteve presente o Secretário de Estado do Ensino Superior, Pedro Teixeira, tendo o discurso laudatório sido feito por Paul Dujardin, historiador de arte e diretor-geral do BOZAR (também conhecido como Palácio de Belas Artes), em Bruxelas, Bélgica, entre 2002 e 2021, que é patrono da distinção.

Ambas as cerimónias contaram com a presença do presidente do Conselho Geral, João Carrega, bem como de vários conselheiros que se associaram aos eventos.



Vice-presidente do Conselho Geral faz abertura de curso de mestrado

O vice-presidente do Conselho Geral participou na abertura oficial do novo Mestrado Integrado Ciências Farmacêuticas (MICF) na nova Escola Superior de Saúde e Desenvolvimento Humano da Universidade de Évora. José Aranda da Silva, que foi o fundador e primeiro presidente do Infarmed, proferiu a comunicação sobre o tema “Ser farmacêutico”.

A sessão de abertura contou com as intervenções da Reitora, Hermínia Vilar, o diretor da Escola, Armando Raimundo, e do presidente da Associação Académica, Henrique Gil.





João Carrega
Presidente do Conselho Geral
da Universidade de Évora

Universidade de Évora um pilar de desenvolvimento com desafios postos no futuro

No ano em que se assinalam os 50 anos da refundação da Universidade de Évora, e 486 anos desde que o Cardeal D. Henrique a fundou, a academia e o ensino superior em Portugal enfrentam desafios importantes que obrigam às instituições de ensino superior localizadas no interior do país a definirem estratégias para que a sua existência e funções não venham a ser postas em causa, a médio e longo prazo, por questões centralistas e ou economicistas.

A Universidade de Évora tem hoje mais de 8200 alunos, 1367 dos quais são estrangeiros, numa oferta formativa de 42 licenciaturas, 61 mestrados, 35 doutoramentos e 16 pós-graduações, assegurada por 819 docentes e investigadores e 566 técnicos.

Os números valem o que valem, mas para a cidade e para a região representam muito:

- Representam um contributo decisivo para a qualificação dos portugueses e não só.
- Representam a oportunidade disponibilizada a muitos jovens do Alentejo, que pela sua proximidade, puderam e podem ambicionar prosseguir estudos no ensino superior.
- Representam inovação e investigação - e hoje a Universidade de Évora tem investigadores e docentes de excelência, que têm prestado o seu contributo à ciência e ao saber, sendo que, nalgumas áreas são referência internacional.
- Representam coesão territorial - e à semelhança do que tenho afirmado - as instituições de ensino superior são um dos principais instrumentos para a coesão territorial. A Universidade de Évora tem cumprido o seu papel, alavancando de forma decisiva esta região.
- Representam cultura, economia, identidade, autoestima, capacidade de fazer acontecer, de fixar pessoas e criar empresas, de gerar confiança, esperança e desenvolvimento.
- Representam, certamente, aquilo que o Cardeal D. Henrique e o professor Veiga Simão, cada um no seu tempo, ambicionavam, e aquilo que todos os membros da academia agora ambicionam, numa responsabilidade partilhada com os olhos no futuro.

Um futuro que enfrentará um novo modelo de financiamento, já anunciado pela tutela, o qual não é bom para as instituições de ensino superior do interior do país e que não convenceu o Conselho de Reitores das Universidades, nem o Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos.

Fatores como a coesão territorial, a especificidade dos campus das diferentes academias, a dificuldade que as universidades e politécnicos dos territórios de baixa densidade sentem; o facto do cálculo do financiamento de cada instituição ter “como referência o número de estudantes inscritos como melhor indicador síntese, representando uma relação direta, via recursos humanos, com os custos relativos das atividades associadas às diferentes áreas de missão e, em especial, com o ensino e investigação”, divide as academias. E os 2/3 de financiamento

provenientes das Comissões de Coordenação regionais e de entidades privadas (sobretudo estas últimas) para as regiões ultraperiféricas e de baixa pressão demográfica deixam dúvidas.

O Conselho Geral da Universidade de Évora, reunido no dia 18 de outubro de 2023, face ao novo Modelo de Financiamento às Instituições de Ensino Superior públicas portuguesas que está a ser trabalhado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, considera - em posição aprovada por unanimidade já enviada ao Ministério do Ensino Superior, com conhecimento do Ministro da Cultura, Presidente da República, grupos parlamentares e deputados eleitos pelo círculo de Évora - que o “Modelo de Financiamento deve ser um fator de coesão e de correção das assimetrias regionais. No mesmo sentido, deve dar resposta às necessidades das Instituições de Ensino Superior públicas (IES), tendo em conta as suas especificidades e os contextos geográficos em que estão inseridas.

A Universidade de Évora (UÉ) possui um campus disperso pela cidade e por outras localidades. Muitos dos edifícios da Universidade são históricos e, através da universidade, foram recuperados e colocados ao serviço da comunidade. Esta característica da cidade ser o próprio campus criou um ambiente académico importante para o desenvolvimento de Évora. Mas, acarreta despesas acrescidas resultantes da logística necessária para o seu funcionamento, da adaptação dos imóveis para as funções de ensino e investigação e da preservação desses mesmos edifícios que por estarem num espaço classificado como Património Mundial pela Unesco obrigam ao cumprimento de determinadas regras.

Nesse sentido o Conselho Geral solicitou à Ministra que introduza para esse novo modelo de financiamento fatores corretivos que sejam justos para a Universidade de Évora e de diferenciação entre as IES tendo em conta as condições do território em que se encontram, de modo a corrigir as assimetrias existentes.

Burocracia trava desenvolvimento

Se o orçamento é um desafio constante (e na Universidade de Évora as verbas recebidas pela tutela não são suficientes para fazer face aos vencimentos), a burocracia que a máquina do Estado coloca nos processos constitui um problema.

Os processos, morosos, entre entidades públicas podem colocar em risco estratégias definidas no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para dar resposta a problemas prementes.

Poderei dar o exemplo da cedência de património do Estado entre organismos do próprio Estado para, por exemplo, acolherem residências de estudantes. O processo, além de moroso, obriga a uma avaliação rigorosa (e nem sempre há verbas disponíveis, por parte da entidade do Estado que avalia para a sua concretização em tempo útil) – ficando muitas vezes os imóveis devolutos até que haja dotação para definir o seu valor - tem, depois, a componente jurídica que estabelece os termos da cedência. Surge, então, a proposta de quanto implica essa cedência (entre entidades do mesmo Estado), cujos termos são negociados durante um período temporal extenso.

No fundo, o Estado tem medo que o Estado engane o Estado.

Esta questão só não é insólita porque os procedimentos foram assim definidos. Falo do alojamento para estudantes porque é um problema

com que o país se debate e sobre o qual não consegue dizer a estudantes (e às suas famílias) que por mérito e esforço conseguiram a entrada nesta ou naquela instituição, mas que por falta de alojamento não vão poder estudar. E, não, não é só um problema das famílias nem dos alunos. É um problema do país, das instituições, das regiões, das cidades e vilas. Quanto património do Estado poderia ser utilizado e reconvertido para residências de estudantes? Muito.

Infelizmente, a máquina burocrática tem uma força imensa. Mesmo depois de memorandos assinados, o processo prossegue a contagotas e muitas vezes as exigências contratuais parecem indicar que o Estado quer ganhar dinheiro consigo próprio, dando a entender que é preferível os imóveis ficarem devolutos e a degradar-se do que serem recuperados e utilizados a bem do desenvolvimento do país. Este processo demonstra, infelizmente, que quem toma decisões (nos serviços) para além de não conhecer o país real, não tem a mínima noção da urgência e da importância do que é resolver problemas em vez de os criar.

Esta longa-metragem merecia um argumento diferente e um final feliz que desse confiança às instituições para olharem o futuro sem sobressaltos.

E quando falamos de futuro, teremos que estar atentos à revisão do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior que está em curso e aquilo que resultará dessa revisão - a primeira desde que o Regime foi publicado - terá impacto na vida das instituições de ensino superior. O Conselho Geral da Universidade de Évora atento a essa questão, promoveu sob o Alto Patrocínio do Presidente da República, o 1º Encontro Nacional de Presidentes, vice-presidentes e membros de Conselhos Gerais das Universidades públicas portuguesas.

Demos, com esta iniciativa - que também procurou marcar os 50 anos da refundação da Universidade de Évora - início a uma ampla discussão pública que contou com a participação do Presidente da República, e dos principais atores do ensino superior em Portugal, casos da Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; do Secretário de Estado do Ensino Superior; do Diretor-Geral do Ensino Superior - professor Joaquim Mourato, estimado amigo que aproveito para cumprimentar -, do presidente da A3ES e ex-conselheiro da Universidade de Évora, João Guerreiro; do presidente da Comissão de Avaliação do Rjies, Alberto Amaral, e dos ex-ministros Maria da Graça Carvalho (conselheira da Universidade de Évora) e Eduardo Marçal Grilo, para além da reitora da Universidade de Évora, Hermínia Vilar, de eu próprio, do vice-presidente do CG, José Aranda da Silva, e do conselheiro Jaime Serra.

E se a conferência pública que envolveu todos aqueles responsáveis permitiu o debate de ideias, o encontro privado, onde também participaram antigos ministros, agora com responsabilidades em Conselhos Gerais, constituiu o início de uma discussão que prosseguiu nas universidades do Minho, de Trás-os-Montes e Alto Douro e Aveiro. Foi através desta nossa iniciativa que, em Évora, foram lançadas as bases para a criação de um Fórum representativo dos presidentes e vice-presidentes das universidades públicas portuguesas.

A realização deste evento foi ao encontro daquilo que entendemos ser também o papel do Conselho Geral, de abertura e aproximação à comunidade. Foi com essa perspetiva que criámos a Newsletter CG, uma revista que de forma clara e objetiva apresenta as deliberações



tomadas no seio do Conselho Geral, as suas atividades e artigos de opinião dos conselheiros, os quais depois serão compilados num livro.

Futuro

É neste cenário, agravado por duas guerras que têm colocado o mundo a ser cozinhado em lume brando, que devemos olhar com determinação para o futuro.

O papel que a Universidade de Évora desempenha na região e no país obriga toda a sua comunidade académica, autarquias, parceiros institucionais e tecido empresarial a caminharem juntos.

A Universidade de Évora tem projetos importantes para serem concretizados. Dou como exemplo a construção de instalações para as escolas de Saúde e Desenvolvimento Humano, e de Enfermagem (junto ao novo Hospital de Évora). Estas duas unidades orgânicas serão centrais no ensino de áreas do domínio da saúde, não só com a abertura do curso de medicina, mas de outros como aconteceu com o mestrado integrado em Ciências Farmacêuticas. Dou também o exemplo do Alojamento, com a requalificação e abertura de novas residências.

E, porque não, começar a pensar num campus que reúna num mesmo espaço a maioria das unidades orgânicas com infraestruturas construídas com a finalidade do ensino e investigação, e com residências para estudantes?, - uma matéria para a qual a reitora, Hermínia Vilar, convidou o Conselho Geral a refletir.

Estou certo que a Universidade de Évora continuará a trilhar o seu caminho, com a mesma resiliência, determinação e ousadia que a caracterizaram ao longo dos seus 486 anos.

Texto adaptado do discurso proferido no dia da Universidade, a 1 de novembro de 2023



Nuno Marques
Conselheiro da Universidade
de Évora

A agronomia e o solo na UÉ

A cerca de um ano do final do meu mandato de membro cooptado do Conselho Geral da Universidade de Évora (UÉ), penso ser uma boa altura para deixar uma reflexão sobre a Agronomia e o Solo na UÉ.

Os recentes resultados da licenciatura em Agronomia na UÉ, com a nota mais alta de admissão a nível nacional e o preenchimento da totalidade das vagas, constituem uma satisfação para os antigos e atuais docentes, alunos e funcionários, e, certamente para a UÉ, em geral. A UÉ está de parabéns!

Apesar deste ótimo resultado, permitam-me deixar a minha visão sobre a situação atual e futura da licenciatura em Agronomia na UÉ.

A principal função de um Eng^o Agrónomo é, em primeiro lugar, contribuir com o seu trabalho para a satisfação das necessidades básicas alimentares da população.

Yuan Longping, agrónomo e investigador chinês reconhecido internacionalmente, ficou conhecido como o Pai do arroz híbrido, com seu trabalho de longo prazo. Longping tirou a China da Grande Fome por ter aumentado a produção de arroz em 70 milhões de toneladas. Colocou, pelo menos, uma taça de arroz na mesa de cada chinês.

Penso que com os acontecimentos recentes no mundo em que vivemos voltámos a ter essa noção, a da Fome, que no mundo desenvolvido por motivos diversos fomos esquecendo e descurando. O solo é o recurso natural não renovável, o recurso que permite produzir alimentos saudáveis e sustentáveis, e também o recurso natural que permitirá mitigar as alterações climáticas, e o restabelecimento da biodiversidade, no futuro.

A partir de uma correta gestão do solo, garantimos a sua conservação, a sua melhoria, contribuindo para reduzir o impacto da erosão, e da contaminação da água e da atmosfera.

A agricultura de conservação, será o sistema de agricultura com maior contributo para essa função, a de sequestrar carbono no solo, e, reduzir a erosão.

Para termos uma ideia, os custos relacionados com a degradação do solo na União Europeia ascendem a 50.000 milhões de euros por ano, constituindo-se assim a gestão conservacionista do solo como uma medida para mitigar estes custos.

A agricultura de conservação e a conservação do solo, foram desde sempre uma prioridade no projeto formativo da UÉ em Agronomia. Projeto formativo esse lançado pelo reitor, Professor Ário Lobo de Azevedo, e, desenvolvido com extensão do conhecimento ao sector Agro, ao longo dos anos, pelo Professor Mário Carvalho.

O Quadro Comunitário de Apoio à agricultura portuguesa tem hoje diversas rubricas dedicadas à conservação do solo, fruto do trabalho de investigação e dinamismo da UÉ, apoios esses que têm vindo a ser reforçados de Quadro para Quadro.

A conservação e melhoria do solo tem de estar a montante de toda a atividade, não perdendo de vista uma abordagem multidisciplinar



O professor Mário Carvalho na extensão rural do conhecimento sobre o solo

e a complementaridade com outros recursos como a importância da rega e da utilização eficiente da água, e de outros fatores como a mecanização e a digitalização na agricultura, entre outras áreas de estudo, todas elas importantes.

Hoje temos máquinas quase autónomas, onde o operador é cada vez mais um “controlador” dos sistemas digitais a operar, tornando-se evidente a necessidade de uma formação cada vez mais especializada e vocacionada para o aumento de competências neste domínio.

A Agronomia é uma ciência diferente das outras inseridas na Escola de Ciência e Tecnologia, os tempos de produção são mais prolongados, por comparação a outras áreas de especialização, o que influencia a capacidade e a frequência com que os investigadores de Agronomia produzem artigos científicos, em revistas da especialidade.

Mas esta situação prejudica a progressão na carreira docente.

A situação do ensino e investigação em Ciências Agrárias na Universidade de Évora

Desde há muito anos que não se faz investigação agrária aplicada em Portugal, consequência de:

- Não existirem campos experimentais de longa duração e convenientemente apetrechados com equipamento próprio para ensaios;

- O financiamento público é de curta duração (projetos com o máximo de 3 anos);
- A avaliação de desempenho dos docentes/investigadores é feita com base na publicação de artigos internacionais, o que penaliza quem queira fazer investigação aplicada;
- Mau desempenho na avaliação de desempenho, o que não só prejudica a evolução na carreira como torna o docente/investigador cada vez menos capaz de “ganhar” projetos.

Como consequência, os docentes/investigadores têm canalizado a sua atenção para trabalhos de investigação com retorno a curto prazo, ou seja, abandonaram o campo e concentraram-se na investigação de laboratório que, por si só, não resolve nenhum problema agrícola. Assim, a Agronomia desvirtuou-se e, cada vez mais, os docentes/investigadores convertem-se em biólogos. Naturalmente, os doutorados existentes no mercado e capazes de serem contratados pela UÉ não são agrónomos de profissão.

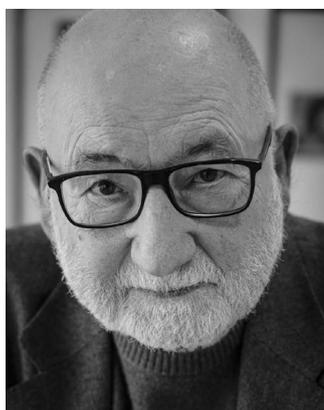
O corpo docente do Departamento de Fitotecnia está envelhecido, com várias reformas previstas para os próximos anos. Assegurar o ensino das disciplinas vai implicar uma de duas soluções: ou se distribui a carga horária pelos docentes remanescentes ou se contratam novos docentes. Em qualquer dos casos, a qualidade do ensino fica seriamente comprometida. Isto porque com a primeira solução, os docentes vão ensinar matérias em relação às quais não têm experiência nem conhecimento científico aprofundado. Com a segunda solução, a contratação irá forçosamente admitir biólogos, mesmo que a formação de base seja Agronomia, pois toda a investigação que realizaram foi em laboratório.

É urgente que a UÉ defina uma estratégia para, a médio prazo, contrariar esta situação. Para o efeito, é necessário que se obtenham financiamentos estáveis e fora do circuito habitual de financiamento de projetos, ou seja, que se encontrem soluções diferenciadoras e inovadoras.

Dois aspetos são fundamentais:

- Que se criem campos experimentais de longa duração, seja nas herdades da Universidade seja em cooperação com empresas do sector;
- Que se consiga um financiamento próprio que permita definir uma estratégia de investigação. Para esse financiamento é preciso cativar empresas privadas que estejam dispostas a contribuir para a evolução do conhecimento. Será também possível obter financiamentos através da prestação de serviços.

A UÉ, se for capaz de delinear esta estratégia, poderá ser a maior referência do ensino e investigação em Ciências Agrárias em Portugal. As outras universidades enfrentam o mesmo desafio, mas não têm as oportunidades que a Universidade de Évora tem para ultrapassar as dificuldades.



Jorge Gaspar

Conselheiro da Universidade de Évora

Doutor *Honoris Causa* pela Universidade Évora

A centralidade de Évora: da cidade e da Universidade

Enquadramento

A centralidade de Évora decorre de múltiplas influências que projeta nos espaços envolventes e o seu primeiro atributo resulta do posicionamento hidrográfico: de facto, o sítio original de Évora coincide com o encontro das bacias hidrográficas de três dos principais rios portugueses – o Tejo, o Guadiana e o Sado, que têm um papel estruturante na definição de uma das grandes unidades territoriais do Sudoeste Peninsular, o Alentejo. Esta unidade define-se tanto nas suas especializações funcionais (agricultura, silvicultura, mineração, indústria transformadora, comércio e serviços), como no desenho da paisagem. Daqui decorre naturalmente que Évora se tenha afirmado como o primeiro lugar central do sistema de povoamento alentejano. No contexto do território de Portugal continental, Évora não é uma cidade do Interior, nem sequer uma cidade periférica. Claro que não faz sentido fazer corresponder interior a baixa densidade e não podemos esquecer que Évora está a menos de 90 minutos de Lisboa, tanto pela rodovia como pela ferrovia e, com a autoestrada, a pouco mais de 4 horas de Madrid e a 3 de Sevilha. Todas estas distâncias-tempo baixarão significativamente com a entrada em funcionamento do comboio de alta velocidade.

A afirmação e a valorização dessa centralidade deverão ser promovidas através de uma bem desenhada e apoiada política de cidades médias e intermédias, sustentada em expressivos investimentos públicos, que arrastem os crescentes investimentos privados, atraindo populações dos vários grupos etários, de distintas qualificações e naturalmente de diferentes nacionalidades. Esta estratégia pressupõe uma rede hierarquizada, que se estenderá de Norte a Sul do país. Ora não é difícil antever que nessa “rede hierarquizada” Évora desempenhará um papel de relevo.

Também parece evidente que nas funções de Évora em tal estratégia, a Universidade deverá ocupar uma centralidade notável e contribuir para a atração de empresas, equipamentos e população. Estas ações serão enquadradas num processo de desenvolvimento integrado, em que se articularão os investimentos públicos e os privados. É indispensável dar força a um conjunto de ações que promovam a oferta de serviços públicos de alta qualidade, da saúde à cultura, ao ensino e ao ambiente urbano. Neste contexto, deverá ser “autonomizado” e valorizado um programa de desenvolvimento habitacional que abrangerá temas como as indústrias de apoio à construção, à reabilitação e à mobilidade urbana.

Não poderá ser esquecido o posicionamento económico, social e territorial de Évora nos âmbitos regional e sub-regional, mormente a articulação com os diferentes níveis da hierarquia urbana. Assim, um importante “argumento” de Évora no que respeita ao ordenamento do território ao nível sub-regional resulta a cidade estar envolvida por um conjunto de núcleos de pequena dimensão, sedes de

concelho bem equipadas e com um bom potencial de qualificação, que poderão funcionar como recursos para a valorização urbanística de Évora: Arraiolos, Montemor-o-Novo, Viana do Alentejo, Reguengos de Monsaraz, Redondo.

Uma Nova Era

Os estudos recentes que suportam os projetos de adaptação à transição climática permitem que se encarem positivamente os desafios das alterações climáticas em curso. Assim, entre outras áreas de intervenção, o ordenamento urbano deverá constituir uma aposta e um desígnio prioritário.

O ordenamento urbano

É necessário retomar também para o Alentejo algumas recomendações do IPCC no que respeita a restrição à urbanização difusa e à concentração em polos urbanos. Estas recomendações são convergentes com as necessárias boas práticas do ordenamento do território face a vários desafios. Desde logo a necessidade de criar massa crítica urbana, que foi uma tendência nos anos 1960-2000, mas que tem vindo a abrandar, por falta de gente e por falta de investimento: *o ovo e a galinha...*

Mas também é necessária uma política de urbanização/ordenamento do território que permita:

a) Criar um grande polo urbano no Alentejo, com potencial para interferir no desenvolvimento de toda a região

Para a prossecução deste objetivo é necessária uma política nacional de reforço da rede urbana ao nível imediatamente abaixo de Lisboa e Porto, e Évora deverá ser o polo eleito no Alentejo.

b) Promover a deslocalização de agências, institutos, laboratórios e outros organismos localizados em Lisboa, no contexto de uma política nacional de descentralização

Além de se prosseguir com os programas de fixação de investimento em domínios como a indústria, o turismo e outros serviços, importa assumir uma atitude claramente diferenciadora (voluntarista).

c) Reforçar a universidade de molde que possa desempenhar um papel dinamizador da região, de articulação com o exterior, tanto no plano nacional como internacional, desde logo competindo com as principais universidades portuguesas e espanholas. Para tal, será decisivo um esforço nacional na provisão de infraestruturas e de recursos humanos. Sem abandonar a bem-sucedida política de polinucleação urbana, a Universidade de Évora do futuro precisará de redefinir as suas implantações no espaço urbano. O caso da Universidade de Umeå, no norte da Suécia, poderá fornecer algumas ideias: para os 120.000 habitantes da cidade (capital da Bótnia ocidental), a universidade conta com 32.000 estudantes inscritos (*full-time, part-time* e ensino à distância); 37 programas de ensino inteiramente em inglês; 900 acordos internacionais de intercâmbio; uma forte ligação à vida cultural da cidade. Ao mesmo tempo, Umeå foi eleita capital cultural do norte da Suécia, recebendo, entre outros equipamentos, ópera, orquestra sinfónica, companhia de bailado, museus...



Foto: CMÉvora

Évora deverá assumir plenamente o papel de cidade de cultura, ciência, ensino e investigação.

Recordo aqui uma conversa com Orlando Ribeiro, em finais de 1972, em que o Mestre queria saber a minha opinião sobre a estratégia que o Ministro Veiga Simão lhe expusera para fazer frente à ameaça da captação de parte significativa do Alentejo pela novíssima Universidade da Extremadura e em particular no domínio da Medicina, mas também nas ciências agrárias e medicina veterinária. No ano seguinte era criado o Instituto Universitário de Évora.

d) Reforçar o potencial estratégico dos municípios, entidades fundamentais para a fixação de gente e de atividades no território. É necessário explorar as virtualidades da lugaridade.

O reforço das atribuições municipais no sentido de implicar também o reforço das competências das CIMS contribuirá, por um lado, para tornar mais forte o sistema urbano sub-regional e, por outro, permitirá o lançamento de políticas locais de âmbito mais vasto, como seja, uma estratégia de valorização das localidades. Responde-se assim à urgência do repovoamento e do reforço da urbanização, compacta e hierarquizada, duas armas poderosas para enfrentar com sucesso as ameaças das alterações climáticas.

Évora: Cidade e Universidade

Antecessor da Universidade de Évora, o Colégio/Universidade do Espírito Santo foi, ao longo de dois séculos (1579-1759), uma instituição religiosa com a missão de formar quadros jesuítas que projetassem esta ordem religiosa no Mundo. Em função da nova realidade política e religiosa o colégio jesuíta é extinto em 1759. O

Instituto Universitário de Évora, fundado em 1973 e que acedeu ao estatuto de universidade em 1979, insere-se no quadro do ensino universitário público português.

A integração da Universidade de Évora na cidade é singular, tanto no que respeita a componente física como a componente humana. Em ambos os casos podemos falar de uma dispersão, com alguma tendência para a polinucleação.

No que toca às infraestruturas a Universidade foi ocupando instalações que antes tiveram outros usos, incluindo os dois principais núcleos iniciais – o Colégio do Espírito Santo, antes o Liceu de Évora, que por sua vez fora, até 1759, o Colégio Jesuíta; e a Escola de Regentes Agrícolas, na Herdade da Mitra. Deve salientar-se, mais recentemente, a criação de dois importantes polos através da reciclagem de estruturas militares (Quartel RAL 3) e industriais (Complexo Fabril dos Leões), o primeiro dando lugar à Escola de Ciências e Tecnologia, o segundo integrando a Escola de Artes (Arquitetura, Artes Visuais e Design). Quer pela instalação de atividades de ensino e outros serviços pela cidade, quer pelo uso habitacional por parte da comunidade universitária, a Universidade de Évora tem tido um papel relevante na reciclagem e requalificação da cidade de Évora.

O crescimento e alterações qualitativas da Universidade implicam um estudo aturado sobre o modelo mais adequado para a sua inserção na cidade. Numa primeira abordagem são postos em confronto os modelos da Universidade–Campus versus a Universidade Polinucleada. Nessa profunda reflexão, que se impõe, com urgência, devem participar representantes da Cidade e da Universidade, pois de um conjunto de bem ordenadas decisões comuns poderão resultar benefícios para ambas, tendo em conta, nomeadamente, o papel que poderão desempenhar no âmbito regional, nacional e internacional e a necessidade de salvaguardar o património histórico-cultural, que na cidade de Évora tem projeção internacional.



Henrique Gil

Conselheiro da Universidade de Évora
Presidente da Associação Académica
Representante dos Estudantes do Ensino Superior no Conselho Consultivo no Instituto Português do Desporto e Juventude
Representante dos Estudantes do Ensino Superior Universitário no Conselho Consultivo da Juventude

A Expo Estudante - uma reflexão sobre o impacto

A Expo Estudante é um evento anual que reúne estudantes, empresas, instituições e organizações de diversas áreas, assim como figuras incontornáveis da sociedade civil. O objetivo é simples: promover a formação, a qualificação e a empregabilidade dos estudantes, através da oferta de um conjunto de atividades e oportunidades, momentos de debate e reflexão, facilitação na proximidade entre as instituições e os jovens, e, acima de tudo, pela discussão do futuro, que é definido no agora. É este conjunto de ideias que origina o seu indubitável slogan: O Futuro É Agora.

A edição de 2023 da Expo Estudante foi um verdadeiro sucesso, pelo seu alcance - mais de 1400 jovens e dezenas de empresas e entidades dos mais variados ramos - traduzindo-se numa ampla gama de oferta formativa e oportunidades de emprego. Outro ponto de relevo foi a multiplicidade de atividades disponíveis no programa: palestras, *pitch's*, *workshop's*, *masterclass*, debates e mesas redondas.

A participação na Expo Estudante é, pelas razões supramencionadas, uma oportunidade ímpar para a academia. Assim, nessa base lógica, tudo levava a querer que a presença fosse potenciada pelo próprio corpo docente.

Fazendo uma breve análise sobre o percurso de um estudante no Ensino Superior, e atentando na evolução da atualidade e consequentes exigências do mercado, é possível concluir, que, ao dia de hoje, o diploma que conferente de grau é insuficiente. Para responder a estas exigências, a Universidade de Évora tem feito um trabalho notório para capacitar os jovens com ferramentas essenciais para se destacarem no processo de recrutamento ou mesmo na criação da sua oportunidade de negócio, mas será este caminho contraditório à prática recorrente da casa?

Facto é, que na Universidade de Évora ainda não se deu o passo para a atualidade, mas anseia-se por estar no futuro. Numa era digital, ainda se olha para recursos, como o chat gpt, como uma ameaça e não como uma potencialidade e uma ferramenta de adaptação. Num ciclo onde os jovens possuem idade suficiente para recorrer às urnas e decidir o futuro do país, ainda se marcam faltas de presença e se reprovam os estudantes pelas suas decisões.

Torna-se evidente que há uma incompreensão sobre as escolhas dos estudantes e a forma como perspetivam preparem-se para o seu futuro profissional. Resume-se assim que o efeito de “ama” ainda se perpetua na nossa academia, mas até quando? Entenda-se que a aquisição de *softskills* e qualidades que caracterizam um profissional de excelência é realizada com recurso à vontade do próprio. Mas o que acontece quando a obrigatoriedade substitui a necessidade de se despertar essa vontade? E no caso inverso em que essa própria obrigação dá azo a que não haja lugar à possibilidade de existir vontade? Não deveria a academia incentivar o pensamento crítico e o aumento da capacidade de decisão?

Regressando ao caso da Expo Estudante, o que pode levar um jovem a participar? O seu programa? Os *stands* de empresas a organizações? E o que incentiva o jovem a participar? Ora esta resposta seria óbvia, caso



a resposta à primeira questão fosse imediata, mas então o que pode impossibilitar um estudante de participar? Se a primeira parte depende do promotor e da vontade própria, a segunda depende, claramente, de fatores externos, e o papel da universidade é decisivo neste âmbito.

Como dito anteriormente, é inegável o trabalho da Universidade de Évora para enriquecer os currículos dos estudantes e dotá-los com características únicas, através da criação de gabinetes e divisões que potenciem atividades neste âmbito, bem como o apoio e promoção de programas como o da Expo Estudante. Essa vontade tem, no entanto, de ser passada transversalmente a toda a academia, nos mais diversos ramos e eixos, colocando todos a caminhar num único sentido - para o futuro - permitindo focar objetivos e primando, depois, por currículos de excelência.

Alargando a reflexão ao âmbito da procura e reconhecimento da academia, há que entender que a dinamização da mesma, através de momentos culturais, desportivos, de debate e como este que se aborda, dará lugar a uma procura superior, reconhecimento exponencial e, acima de tudo, a uma correlação positiva entre os resultados académicos, o envolvimento e participação, e o estado de saúde mental da população académica. Sim, toda a população, pois estas medidas e estratégias não se podem esgotar no seio estudantil.

Destaca-se, por fim, o papel do Conselho Geral. Este, pelas características que lhe são conferidas, não lhe é permitido ser um promotor, mas o mesmo pode caracterizar-se como um impulsionador, por se definir enquanto órgão basilar na definição das linhas orientadoras da universidade.

O resultado, parcialmente já apontado, além de evidente, é inequívoco, não fosse observável a vontade e o dinamismo com os quais as empresas e instituições abordam estas iniciativas, reconhecendo a sua relevância e procurando cooperar de forma a enriquecer e elevá-las.

Em suma, resta questionar: se as ferramentas existem e a vontade está presente, o que falta para se dar um passo em frente e se criar uma academia dinâmica? Pois O Futuro, É Agora.



deliberações

20 de dezembro de 23 – Reunião ordinária

Aprovação, por maioria, do plano de atividades da Universidade de Évora para 2024.

6 de dezembro de 23 – Reunião extraordinária

Aprovação, por maioria, da Constituição de um direito de superfície a favor da Universidade de Évora para a construção do futuro “Pólo de Saúde”.

27-10-2023 – Reunião extraordinária

• Posição do Conselho Geral sobre o Posicionamento Remuneratório dos Docentes, aprovada por unanimidade

Posição

O Conselho Geral da Universidade de Évora, reunido no dia 27 de outubro de 2023, em reunião extraordinária, face ao posicionamento remuneratório dos docentes, considera que:

- A indefinição e não clarificação da situação do posicionamento remuneratório está a criar mau estar na comunidade académica;
- O posicionamento remuneratório dos docentes da Universidade de Évora é um assunto importante e sensível, que afeta a vida e a carreira profissional dos docentes;
- O Conselho Geral cria um grupo de trabalho, que terá um representante de cada lista de docentes, para analisar a interpretação da legislação em vigor na evolução da carreira dos docentes e propor alterações a essa legislação e o seu enquadramento com a Lei.

Conselho Geral da Universidade de Évora, 27 de outubro de 2023



18-10-2023 – Reunião ordinária

- Posição do Conselho Geral da Universidade de Évora sobre o novo modelo de financiamento das IES, aprovada por unanimidade.

O Conselho Geral da Universidade de Évora, reunido no dia 18 de outubro de 2023, face ao novo Modelo de Financiamento às Instituições de Ensino Superior públicas portuguesas que está a ser trabalhado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, considera que o mesmo deve ser um fator de coesão e de correção das assimetrias regionais. No mesmo sentido, deve dar resposta às necessidades das Instituições de Ensino Superior públicas (IES), tendo em conta as suas especificidades e os contextos geográficos em que estão inseridas.

A Universidade de Évora UÉ possui um campus espalhando pela cidade de Évora e por outras localidades (Évora, Mitra-Valverde, Monsaraz, Sines, Estremoz, Marvão, Alter do Chão, Beja, Ferreira do Alentejo).

O campus da Universidade de Évora inclui um conjunto significativo de edifícios, muitos deles históricos, de enorme valor arquitetónico, patrimonial e simbólico. Esta opção da Universidade de Évora, que permitiu ocupar edifícios no centro histórico da cidade de Évora ou na área envolvente, criou um ambiente académico muito próprio promotor de desenvolvimento cultural e económico, preservando ao mesmo tempo um património de inegável valor para região, o país e o mundo.

A especificidade de Évora ser o próprio campus acarreta despesas adicionais significativas e dificuldades de operacionalização logística, quer pela preservação dos imóveis (património inserido num tecido urbano classificado de Património Mundial pela UNESCO, que de outro modo dificilmente seria preservado), quer pela adaptação dos imóveis ao ensino e à investigação, o que não aconteceria se a opção fosse a de ter um Campus Universitário construído de raiz.

Assim,

Dada a importância do novo modelo de financiamento para o futuro das IES, em particular para as que estão localizadas em territórios de baixa densidade, como é o caso da Universidade de Évora, solicitamos à senhora Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior que introduza para esse novo modelo de financiamento fatores corretivos que sejam justos para a Universidade de Évora e de diferenciação entre as IES tendo em conta as condições do território em que se encontram, de modo a corrigir as assimetrias existentes.

Évora, 18 de outubro de 2023

estatuto editorial

1 – A Newsletter CG é a revista digital oficial do Conselho Geral da Universidade de Évora.

2 – A Newsletter CG é uma publicação periódica, cuja publicação decorrerá das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Geral da Universidade de Évora.

3 – A Newsletter CG é uma publicação plural, que informa com rigor e objetividade assuntos relacionados com decisões públicas do Conselho Geral da Universidade de Évora.

4 - A Newsletter CG é uma publicação independente dos poderes políticos, religiosos e institucionais.

5 - A Newsletter CG é uma publicação que integra notícias e artigos de opinião escritos pelos membros do Conselho Geral da Universidade de Évora, tendo em conta o presente estatuto.

6 – Os artigos de opinião da Newsletter versam sobre temas relacionados com o ensino superior e investigação.

6 - A Newsletter CG assume-se como uma publicação de ligação entre o Conselho Geral da Universidade de Évora, a comunidade académica e a sociedade civil.

7 - A Newsletter CG é distribuída gratuitamente pelos meios digitais da Universidade de Évora, em articulação com os serviços de informática e a Divisão de Comunicação.

8 - A Newsletter CG é uma publicação escrita em língua portuguesa.

Ficha Técnica

CG – Newsletter institucional do Conselho Geral da Universidade de Évora.

Diretor: João Carrega (Presidente do Conselho Geral);

Subdiretor: José Aranda da Silva (Vice-Presidente do Conselho Geral);

Membros do Conselho Geral: Ângela Paiva, Carla Castro, Gottlieb Basch, Isabel Ramos, Isaura Serra, Jaime Serra, José Mirão, Maria João Marçalo, Maria de Fátima Nunes, Rui Fragoso, Rui Quaresma, Sofia Aleixo e Teresa Fernandes (representantes do pessoal docente e investigador); Maria da Graça Janeiro Machado e Maria Leonarda Correia (representantes do pessoal não docente e não investigador); Henrique Gil, Ana Ferrão e Bruno Simões (Representantes dos alunos); Catarina Valença, Filipe Marques, Maria da Graça Carvalho, Luís Moniz Pereira e Jorge Gaspar (membros cooptados).

Secretariado: Dulce Lagartixo.

Design: Tiago Navarro Marques. **Maquetagem:** Carine Pires. Distribuição gratuita.

Contactos: secretariado.cg@uevora.pt | Conselho Geral da Universidade de Évora, Largo dos Colegiais 2, 7002-554 Évora | Telefone: +351 266 740 878.



UNIVERSIDADE
DE ÉVORA
Conselho Geral